

Audição

Assembleia da República | 28 fevereiro 2023

Comissão de Educação e Ciência

Excelentíssimos Elementos da Comissão

Para começar quero agradecer, em nome da Direção da HUMANITAS, a oportunidade que nos dão de partilhar convosco as nossas preocupações relativamente à concretização de um sonho, que eu penso ser comum a todos nós, de termos uma escola verdadeiramente inclusiva onde todos os alunos, independentemente das suas incapacidades e deficiências, possam desenvolver-se em harmonia, crescendo num ambiente que os acolhe e valoriza e que os prepara para o pleno exercício da sua cidadania.

Como todos sabemos, Portugal através do Ministério da Educação, integrou o projeto da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - “Strength through Diversity” – Diversidade faz a Força, tendo sido publicado um relatório sobre a implementação do regime jurídico da educação inclusiva com vista à sua melhoria (o qual foi apresentado em Lisboa no mês de Março do ano passado), cuja principal conclusão consistiu na constatação de que, apesar da legislação portuguesa ser das mais avançadas da Europa, existem muitas falhas na sua implementação que urgem colmatar.

A equipa de avaliação da OCDE identificou três áreas prioritárias para melhorar a inclusão do sistema educativo em Portugal, com uma prioridade adicional de “reforço da monitorização e avaliação constante da educação inclusiva”. Como primeira prioridade foi apontada a necessidade de aumentar os recursos financeiros, nitidamente escassos; a segunda prioridade teve a ver com a inadequada preparação

inicial de professores e a carência de formas contínuas de aprendizagem profissional para a diversidade, equidade e inclusão; e finalmente a terceira prioridade teve em conta a necessidade de encontrar critérios universais de ação e teoria, que diluíssem a diversidade da qualidade e da quantidade dos apoios em função do meio cultural, geográfico e económico de cada agrupamento de escolas.

Qualquer destas linhas prioritárias de ação é por nós sentida diariamente no que toca aos Centros de Recursos para a Inclusão e foi já denunciada várias vezes por esta federação. Mais concretamente, a HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, hoje aqui presente, considera que todos os esforços que o Ministério da Educação tem feito para a concretização de uma escola verdadeiramente inclusiva têm sido insuficientes e têm-se reduzido a medidas pontuais e aleatórias que não têm espelhado o seu compromisso com esta matéria.

Como é referido no **Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho de 2018, CAPÍTULO III - Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, Artigo 18.º - Centros de recursos para a inclusão:**

“1- Os CRI são serviços especializados existentes na comunidade, acreditados pelo Ministério da Educação, que apoiam e intensificam a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos”.

Mais especificamente os CRI´s são equipas de técnicos, na sua maioria colaboradores de Instituições que apoiam pessoas com deficiência, cujo objetivo foi atrás referido.

Na prática, tem existido por parte do ME uma grande indefinição sobre o enquadramento dos CRI nas escolas. O Ministério da Educação tem de definir, de uma vez por todas, qual o papel dos CRI na escola inclusiva, de modo a deixar isso transparente para nós e para toda a comunidade educativa. As Instituições que dispõem destas equipas devem ter condições para poder programar estratégias de

atuação e de gestão compatíveis com as necessidades a que há que dar resposta nos agrupamentos, o que não tem acontecido. Além disso os técnicos dos CRI enfrentam diariamente uma contradição entre as funções exigidas no famoso decreto 54/2018, onde estes surgem com a principal função de criarem um ambiente escolar inclusivo com a realização de ações de sensibilização e formação da comunidade educativa, com o que se verifica na prática com as necessidades sentidas no terreno pelas Direções dos Agrupamentos que têm primordialmente solicitado a estas equipas apoios terapêuticos individualizados.

A HUMANITAS ouviu técnicos de CRI das suas mais de 40 associadas em todo o país, em várias reuniões. São notórias as falhas existentes no sistema atual e a inércia do Ministério da Educação para as resolver. É claro para todos que houve um retrocesso no apoio aos jovens com deficiência nas escolas que se revela, entre outros factos, por uma procura cada vez maior das escolas especiais.

Em relação aos recursos humanos, constatamos que os CRI têm extrema dificuldade em recrutar técnicos que aceitem trabalhar nas condições existentes. Inclusive, existem CRI que não têm terapeutas mesmo tendo horas imputadas e verbas para os contratar. Há horários completos para terapeutas e estes não aceitam trabalhar no CRI. Além disso, é inconcebível num governo que se define como dignificante da condição dos trabalhadores fomentar emprego precário com acordos anuais celebrados com instituições que, por isso, não podem garantir a continuidade e a estabilidade deste corpo laboral. A maior parte das instituições todos os anos contrata e todos os anos despede.

Há mais de 7 anos que temos o financiamento congelado dos CRI o que tem representado uma diminuição substancial do apoio que estes facultam nas escolas como já foi referido em vários documentos oficiais nomeadamente na recente “Garantia

para a Infância” onde é dito no capítulo 4 onde são referidas as crianças e jovens especialmente vulneráveis que, passo a citar, “Ao nível do acesso à educação, o número de crianças e jovens com deficiência no ensino regular público cresceu aproximadamente 67%, entre 2010 e 2018. Apesar deste aumento, o número de técnicos/as especialistas dos Centros de Recursos para Inclusão e das escolas que lhes dão apoio não registou um aumento na mesma proporção - 8%

Congratulamo-nos com a nomeação recente de um grupo de trabalho que estude o financiamento dos CRI’s mas a vida dos alunos com deficiência não pára e não se compadece com nomeações de grupos de trabalho cujo tempo de decisão e de impacto em medidas concretas é muito demorado. Todos reconhecemos a importância das equipas dos CRI’s e as 5 federações que integram a Comissão de Acompanhamento dos CRI (HUMANITAS, Fenacerci, Unicrisano, Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral, Federação Portuguesa de Autismo) devem ter junto do Ministério um espaço privilegiado de diálogo, consulta e atendimento o que não tem de forma nenhuma acontecido. A própria Comissão de Acompanhamento dos CRI tem sido unicamente chamada ao Ministério da Educação para oficializar decisões já tomadas anteriormente por este em reuniões de escassos minutos.

Antes de finalizar esta intervenção, não podemos deixar de expressar o nosso descontentamento pelo facto de não termos tido qualquer resposta a duas audiências que solicitámos em nome das 5 federações que integram a Comissão de Acompanhamento dos CRI para tratar destes assuntos. Em maio de 2022 a Humanitas solicitou uma audiência ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Dr. António Leite, pedido que não obteve até hoje qualquer resposta e no princípio de novembro foi solicitada audiência por estas Federações ao Sr. Ministro da Educação, Dr. João Costa, tendo ficado também esta sem qualquer resposta até ao momento.

Finalizo a nossa intervenção agradecendo a vossa atenção e reafirmando a nossa total disponibilidade para colaborarmos com a certeza que só poderemos construir em Portugal uma escola verdadeiramente inclusiva se todos dermos as mãos e partilharmos as nossas práticas e saberes numa atitude de diálogo e transparência ao serviço do bem coletivo.